



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Conselho Municipal de Educação

Ata nº12 de 2021

Aos 18 dias do mês de maio de 2021, reuniram-se, por vídeo conferência, em virtude da Pandemia da COVID19, os conselheiros Tânia T. Clarindo, Lisiane Silveira Torres, Sandra Rejane De Ávila, Ana Claudia Moraes Costa, Rosimeri Machado Ana Cristina Garima Jaques, Waléria Buseti, Susane Barros; as assessoras Jaqueline Michelle e Maria Aparecida Reyer, o Senhor André Lemes e a secretária Lilian Xavier Machado, presididos pela conselheira Sabrina Barros . A reunião teve início com a presidente Sabrina agradecendo a presença do senhor André e, também, a presença da conselheira Waléria que, mesmo em licença, fez questão de comparecer devido à importante demanda. Explica que o convite se deu por conta de ter recebido da SMEd um ofício com a resposta sobre questionamento desse CME em relação ao fechamento das três escolas municipais. A presidente relatou, também, que o Pleno não entendeu a resposta aos questionamentos feitos como esclarecimentos e, sim, como denúncia a respeito da gestão anterior e que a presença do senhor André se dá por conta dessas denúncias e que muitas foram as tentativas de diálogo com o atual Secretário de Educação e que a intenção desse Pleno é manter um canal de debate para o bem das demandas. A conselheira Waléria dá boas-vindas ao senhor André e diz que está muito feliz com aceitação ao convite desse Pleno e que o grupo tem muito respeito por ele. O senhor André agradece as palavras e o convite, já que sempre manteve um diálogo com esse CME. Afirma que CME e Secretaria estabeleceram uma relação que se construiu a partir do enfrentamento da COVID 19, com a elaboração do Plano de Contingência e todo monitoramento que foi sendo implantado naquele processo. Afirma se sentir à vontade para dialogar com os conselheiros e, mais uma vez, agradece a oportunidade de apresentar seu ponto de vista ao CME, face aos argumentos que são trazidos oficialmente pela atual administração da SMEd. Em relação à Escola Viva, EMEJA Paulo Freire e Nei Amado Costa, as quais foram objetos de debates com o Pleno desse Conselho, lembra que essas escolas foram criadas em junho de 2016. Segundo o documento encaminhado pela atual gestão ao CME, o administrador municipal alega que a antiga gestão teria feito Parecer

Jurídico, através de um processo antidemocrático que é o de primeiro criar uma escola e depois pedir aprovação do Conselho Municipal de Educação. Alega não ter se manifestado antes em razão de que o fato se deu no início da nova administração e atribui as alegações à inexperiência de quem está iniciando e não conhece a estrutura e funcionamento, mas enfatiza que ninguém primeiro pede uma autorização para depois criar uma escola, nem iniciativa privada funciona assim, primeiro cria-se a escola e depois pede-se autorização. Destaca que, quando assumiu a Secretaria de Educação em 2013, havia cinco escolas de Educação Infantil do município as quais não tinham autorização para funcionarem, porém estavam funcionando há muitos anos. Como Secretário naquela época, tomou as medidas junto ao CME para que fossem credenciadas. Em relação às Escolas Paulo Freire, Ney Amado Costa e Escola Viva, o mesmo foi feito, ou seja, essas criadas em 2016 e prontamente, uns seis meses depois, a SMEd entrou com a documentação no Conselho para fazer o credenciamento da regulamentação e reconhecimento dessas escolas, cujos processos tramitaram por muito tempo. Primeiramente, houve uma negativa por parte do Conselho da época e o argumento, no seu entendimento, obviamente como um gestor e como Secretário, foi bastante simplório. A partir de então, a SMEd reconstruiu seus argumentos, a fim de viabilizar a autorização das escolas citadas. Passado todo encaminhamento da crise da COVID, encaminhou para o Pleno deste Conselho pedindo uma reavaliação e que o Conselho pudesse fazer a sua reconsideração sobre o pedido de autorização dessas escolas. A conselheira Waléria faz uma intervenção afirmando que também teria sido cobrada sobre essa questão e alegou que CME realizou uma análise criteriosa dos documentos reencaminhados pela SMEd à época, ficando claro que todas as alterações exigidas pelos conselheiros foram devidamente contempladas, o que levou à aprovação dos documentos. Dando prosseguimento, o senhor André destaca que em 2013 a escola Nei Amado Costa não existia, era o antigo CMRL-Centro Municipal Recreação e Lazer- era uma unidade administrativa da Secretaria da Educação e que já funcionava há muito tempo, desde 1985, quando o professor Dorneles era Secretário Municipal de Educação. Embora tenha sido feito uma reforma administrativa em 2012, não se alterou a estrutura da SMEd, mudou o nome, mas a estrutura continuou sendo a mesma. Na reestrutura da SMEd, o antigo CMRL foi transformado em iniciação esportiva, Núcleo de Educação Esportiva, o qual passou a ser um local que pertencia à Secretaria, que tinha em torno de dez, doze, quinze professores lotados e que sua atividade pedagógica era ministrar aulas de práticas esportivas, no caso da Nei Amado Costa. O grande sentimento dos professores daquele Núcleo era que não tinham reconhecimento como professores da SMEd, não tendo seus vencimentos vinculados aos recursos do

FUNDEB. Mas, fora essa questão da folha, era a questão também das aposentadorias, eram professores que estavam no exercício da docência na sua atividade, no caso deles, em Educação Física. Eles estavam ministrando aulas de Educação Física, mas não eram computados como docência. Assim, continua o senhor André, ele assumiu um compromisso com aquele grupo, que era o de regularizar o que não estaria regularizado para a vida desses profissionais. Para sanar esse e outros problemas, transformou-se o Centro em uma Escola de Educação Complementar porque era uma complementação da aprendizagem do currículo da Base Nacional Comum Curricular, no contraturno escolar. Aplicou-se o mesmo Projeto na Escola Viva, que era um projeto de um lugar de contraturno escolar. Ou seja, era um tempo integral que era contabilizado na matrícula desses alunos. Todos os alunos, sejam da Nei Amado, sejam da Escola Viva, eram alunos da rede municipal e estavam nessas escolas no contraturno, e em razão disso, o município receberia do FUNDEB uma matrícula de tempo integral. A decisão de transformar esses lugares de Unidades Administrativas em escolas, foi justamente legitimar aquilo que à época, antes 2012, na administração anterior, não era contabilizado. Foi feita essa formalização, justamente buscando corrigir a distorção na vida funcional dos professores desses lugares, que já estavam ali atuando e estavam teoricamente em desvio de função, porque perderam o direito à aposentadoria especial. Então, estavam em desvio de função. Por isso, continua o senhor André, essas escolas nunca deram prejuízo ao município porque a estrutura já existia, os professores já recebiam salários, e o município tinha era prejuízo financeiro porque não computava a matrícula do FUNDEB. Destaca que a escola Nei Amado Costa ainda tinha um outro ponto grave, enquanto era CMRL, ou seja, para ser aluno do CMRL ou do Belas Artes, as pessoas tinham que pagar uma mensalidade e uma matrícula, era quase uma instituição privada. Então, é importante trazer esses ingredientes para o debate, porque parece que do jeito que foi feito, foi uma coisa feita ao acaso, uma coisa feita de modo oportunista, o que não é verdade. Acredita que o atual Secretário de Educação está muito mal assessorado por quem o orientou a enviar esse documento com tamanho desconhecimento ao Conselho Municipal. Ainda, afirma que, a seu ver, ficou bem claro que o argumento principal da Secretaria para o fechamento dessas escolas, é um argumento econômico e que, portanto, na visão da atual gestão, essas escolas abertas implicavam um prejuízo. Portanto, só fecharam para evitar o prejuízo; em que pese, tenha conhecimento de que suas atividades continuam funcionando e a única coisa que foi cortada foi a função gratificada dos diretores e dos vices diretores. O senhor André explica que era Secretário na época e depois foi também presidente da UNDIME e depois, por quatro anos, representante dos Secretários Municipais na Comissão Interministerial que determina no anualmente os fatores de

ponderação do FUNDEB. Então, eram cinco Secretários de Educação dos municípios, cinco Secretários Estaduais de Educação e o Ministro da Educação. Ao todo, eram onze pessoas: cinco municipais, cinco estaduais e um ministro que fazia um papel de árbitro, dando o voto de minerva em caso de empate nas votações. Foi ali que se conseguiu conquistar, não só a questão de poder o estudante estar matriculado em mais de uma escola desde que a base curricular numa e a carga complementar em outra, assim como o AEE estar em escolas especializadas. No seu entender, era um absurdo o Ensino Fundamental valer 1, o Ensino Médio valer 1.4, a creche valer zero e a pré-escola valer 08 e a EJA valer 08. Hoje, a creche e a pré-escola em tempo parcial valem um, e a pré-escola vale 1.4. Sobre a EMEJA Paulo Freire, destacou que a mesma não foi criada por outro motivo, senão, para diminuir os indicadores de Rio Grande, no que refere alfabetização e escolarização de adultos. Em 2013, tomou-se como base o censo de 2010, que apontava quase onze mil analfabetos em Rio Grande. Na época, havia dez escolas municipais que atendiam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mas não conseguiam superar esse indicador, com um altíssimo índice de evasão escolar que continua até hoje nas classes regulares da EJA dessas dez escolas. Esse era o desafio. Havia dois projetos vinculados à FURG, bem importantes, um chamado Educação para Pescadores que oferecia aulas preparatórias para os alunos depois fazerem a prova do NEJA, da 18ª CRE. Eles faziam a prova do NEJA para obter a certificação de Conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Então, de imediato, a SMEd encampou esse Projeto, dando toda infraestrutura. Os veículos passaram a fazer o transporte, começou-se a mandar material escolar para esses estudantes, ainda na mesma metodologia, em parceria com a NEJA que já os certificava. Relata que, um dia, ao voltar de Brasília, o senhor José Vicente, que é professor da FURG e, à época, Coordenador Geral de Educação Ambiental, o apresentou para a professora Macaé Evaristo, que era a diretora de currículos e que cuidava da EJA no MEC, a qual lançou a ideia de transformar esse Projeto na escola que não tem endereço, itinerante, que vai onde tem demanda, fazendo com que a escola chegue até as pessoas, já que as pessoas têm dificuldades de chegar até a escola. Em 2015, a SMEd começou a trabalhar no Projeto, tendo convidado a professora Flávia Gonzalez para assumir a direção da escola e fazer a condução desse processo em virtude de sua larga experiência com o NEEJA do Estado. Iniciou-se ali o desenho do Projeto, o pensar no Decreto de criação, porque o Decreto de criação autorizaria a lotar professores concursados para dar aulas a esses estudantes, que até então, eram atendidos por estudantes universitários em processo de formação e que não tinha a mesma continuidade. A SMEd, então, fundiu na escola da EJA, Educação para Pescadores e o Manas na Escola, que

era um Projeto que atendia alfabetização e escolarização para mulheres trans e mulheres e homens trans. A seguir, mapearam-se as comunidades que eram prioritárias para iniciar o projeto e começaram com aquelas comunidades que desde 2013 entregaram listas de pessoas que tinham necessidade de escolarização, quais sejam, a da Querência e Ramiz Galvão, na Mangueira. A outra questão que é importante destacar é a desde que se matricularam na EMEJA Paulo Freire, esses alunos começaram a dar retorno do FUNDEB para o município. Destaca que a atual administração tem total direito de discordar do que foi feito e desfazer, e que possui a prerrogativa para fechar a escola. Acrescenta que os atuais membros da Secretaria de Educação não fizeram um dia sequer de transição com administração anterior, mesmo ele tendo se colocado à disposição para tal. Destaca que considera uma pena que na estrutura da legislação municipal isso não esteja contemplado. A legislação estadual determina que o Conselho seja consultado antes do fechamento de uma escola, o estado não fecha escolas sem ter aval do Conselho Estadual de Educação. O Conselho Municipal, infelizmente, não deu conta disso, uma vez que o Prefeito tem o poder de fechar a escola sem carecer dessa autorização do Conselho. Lembrou que os diretores dessas três escolas e os professores ficaram sabendo pela imprensa, pela internet, que a sua escola tinha sido fechada por Decreto. O Decreto já tinha sido assinado quinze dias antes. A seu ver, os argumentos apresentados pela atual gestão são totalmente descontextualizados, demonstram imaturidade, demonstram desconhecimento sobre a gestão pública e demonstram um princípio básico, que é uma falta de diálogo quando bastava contatar os três servidores que cuidam da infraestrutura e obras da Secretaria Municipal de Educação, os servidores de carreira, que não são CC, que teriam explicado isso para o Secretário ou para quem quer que tenha escrito o documento encaminhado ao Conselho de Educação. Além disso, essas obras que têm vínculo com financiamento externo eram acompanhadas e gerenciadas também pelo Gabinete de Programas e Projetos Especiais, do gabinete do prefeito, do qual é também composto por 100% por servidores de carreira. Os engenheiros são engenheiros da prefeitura, são engenheiros fiscais das obras, ou seja, todo mundo sabe o que está acontecendo. Destaca que o município firmou onze termos de compromisso com o FNDE para a construção de onze Escolas de Educação Infantil, oito foram firmados no governo Fábio Branco, em 2011, essas obras iniciaram em 2011, elas tinham que estar prontas em 2012, e por vários problemas de abandono de empreiteiros, não ficaram prontas. Relata o senhor André que, quando assumo a SMED em 2013, essas oito obras estavam recém iniciadas, muitas ainda não tinham nem alicerce e algumas já estavam paralisadas, tendo a firma responsável abandonado a obra e saído da cidade. O município rescindiu o contrato, judicializou a questão, aplicou as penalidades, as sanções, os

empreiteiros estão inscritos em dívida ativa, inclusive, do município pelo inadimplemento do contrato. Na retomada das obras, a prefeitura enfrentou diversos problemas, como os terrenos que estavam abaixo dos níveis das ruas, não tinha previsão de aterro, as obras não tinham previsão nem de entrada de energia elétrica, nos projetos não tinham previsão de entrada de água, não tinha muro, não tinha cerca; era basicamente um esqueleto de projeto padrão do FNDE. O município levou um ano e meio para os engenheiros da prefeitura refazerem os projetos . tendo sido três obras inauguradas em 2016, que são as EMEIs do Bolacha, do Humaitá, e bairro América, respectivamente, Débora Sayão, Nilza Gonçalves e Verenice Gonçalves, são as três escolas da Pró Infância. Em 2016, o município teve problemas de repasse financeiro e uma série de problemas na relação com FNDE. Em 2017, então, as obras voltaram ao funcionamento e seguiram, até que, de fato, a empreiteira abandonou os serviços e optou-se por rescindir os contratos. Todas as obras foram relicitadas no ano passado, no meio da pandemia, contratou-se uma nova empresa. Portanto, o argumento de que não foram prestadas contas não é uma verdade. Primeiro, porque quando Bolsonaro assumiu a presidência da República em 2019, o ano de 2019 foi um ano inteiro de apagão do Ministério da Educação. Em setembro de 2019, como vereador, o senhor André relata que fez um contato com o Senador Luiz Carlos Heinze, solicitando ajuda para ele e que foi pessoalmente a Brasília, conversar com o Senador Heinze, que se mobilizou e, em setembro de 2019, houve um pequeno desembolso de alguns recursos dessas obras para serem dadas continuidade. Nesse meio tempo, como passou os anos, desde 2011 quando foram realizados os primeiros contratos, o custo de uma obra foi adiante, porque essas obras do Governo Federal pagavam um milhão e trezentos mil para cada creche. Porém, na segunda licitação elas já foram para dois milhões e trezentos. A prefeitura à época, decidiu que iria bancar esses recursos e assim foi feito. Quando faltou dinheiro na prefeitura em 2017, o prefeito Alexandre, junto com a Darlene, que era Secretária de Projetos Especiais, foram buscar o financiamento do FINISA que é o financiamento da Caixa Econômica Federal em que toda a contrapartida da prefeitura, toda a contrapartida para todas as obras da educação- creches e quadras poliesportivas- estavam contempladas naquele financiamento. Ou seja, o argumento de que falta dinheiro para terminar a obra é inverdade porque esse dinheiro nem saiu do FUNDEB, nem do FNDE; foi oriundo de recurso livre pelo FINISA que só pode ser usado nessas obras, não podendo ser trocado de obra; ele só pode ser usado nessas obras. Lembra que, em dezembro de 2019 o FNDE, o Ministério da Economia lançou uma portaria que foi repassada para todos os municípios brasileiros dizendo que todas as obras que eram do PAC contratados pelo PAC- o Programa de Aceleração do Crescimento- não teriam mais financiamento e o FNDE

simplesmente suspendeu os empenhos de repasse de recursos dessas obras, entre elas, essas cinco obras de creches e as três quadras poliesportivas. O município está desde final de 2019 cobrando do FNDE o empenho dessas obras porque elas estão desde então com produção registrada no sistema de monitoramento de obras do FNDE, aprovadas pelos engenheiros do FNDE. Assim, desde 2019, 2020, essas obras não tiveram mais um centavo de repasse de recursos. Em dezembro de 2019, o Ministério da Economia lançou essa Portaria dizendo que os municípios tinham só um ano para terminar suas obras, caso contrário, o município perderia o vínculo do financiamento da parte que seria do FNDE. Em 2020 veio a pandemia da COVID19, as obras do Brasil inteiro pararam, inclusive as desse município. Ainda, desataca que todos os argumentos apresentados estão devidamente documentados, com registro, notificação da empresa, dos engenheiros, notificação ao FNDE no seu sistema de monitoramento. Destaca não ter conhecimento que foi feito depois de dezembro, de 2020. Continua sua fala afirmando que o problema do fechamento da EMEJA Paulo Freire, da Ney Amado Costa e Escola Viva nada tem a ver com as obras mencionadas e que, com relação ao bloqueio de verbas federais, quando o município fica inadimplente ou com problemas nas suas prestações de contas, ele pode sofrer sanções de bloqueio dessas verbas. As verbas federais recebidas pela Secretaria Municipal de Educação são as pactuadas com o FNDE basicamente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar- o PNAE-, uma parte do Programa de Apoio ao Transporte Escolar e, também, o salário educação que é um recurso que vem direto do FNDE. O Fundeb de Rio Grande não vai para Brasília, vai até Porto Alegre, Porto Alegre volta para Rio Grande, não vem do FNDE o Fundeb de Rio Grande. Destaca que sua gestão nunca recebeu um centavo do FNDE de verbas do Fundeb. Agora, quando o município consta como inadimplente no cadastro, isso afeta o total da administração pública, não é só a parte da educação. Quanto à questão das matrículas da Educação Infantil considera outro despreparo, porque ano após ano, desde quando assumiu a Secretaria e até o dia que entregou o cargo, todo o processo de matrícula tem sido esse fenômeno de que se precisa ajustar a questão de vagas porque na Educação Infantil, na etapa creche, há um déficit, o município que atendia a 5% de creche em 2013, chegou a 30% em 2020 ,ainda falta 70%, sendo óbvio que haverá mais procura do que oferta nessa etapa. Então, são ajustes que se fazem necessários sempre a cada ano. Ajuste, por exemplo, de matrículas do Ensino Fundamental em algumas regiões, especialmente região do Cassino e etc. A conselheira Susane informa, nesse momento, que a prefeitura comprou matrículas, serviço de outras escolas particulares. Retomando o senhor André a sua fala, afirma que cabe aos atuais gestores buscarem alternativas, lembrando que um governo público, uma estrutura pública, não está aqui

para fazer superávit, ela tem que dar conta do serviço. Reitera o já antes dito, de que é direito do gestor municipal fechar escolas. Informa que sua insistência na aprovação das três escolas em questão foi garantir que entrassem no conjunto no processo eleitoral de escolha democrática de diretores e vice-diretores. Destaca que poderia não ter construído a EMEJA Paulo Freire, porque na época da Secretária Sônia Tissot houve um erro na prestação de contas do PROMEJA, junto ao FNDE e depois o Ex -Prefeito, Janir Branco, foi apontado pelo Tribunal de Contas sob pena de ter seus direitos políticos cassados, por conta de uma prestação de dez mil reais. Quando chegou a notificação, o senhor André, como Secretário de Educação, sobre qual medida deveria ser tomada e mandou pagar a referida dívida. Destaca que tal fato não foi para a imprensa, não foi no Conselho Municipal de Educação fazer denúncia, ainda que pudesse ter tomado tal atitude. Afirma que não realizou tudo o que gostaria à frente da SMEd e que sabe dos seus limites como ser humano, como profissional e reconhece que outras pessoas apontem suas limitações. Agora, não admite que apontem as suas limitações justificando com as coisas infundadas. Então, a seu ver, não justifica em nada o que está escrito no ofício da SMEd à exceção do último item , que é economia, de novos investimentos e assim por diante. Em que pese, destaca que na sua humilde concepção, essas escolas nunca deram prejuízos, desde que foram transformados em escolas, elas mesmas se custeavam, elas poderiam não dar lucro para o município, mas escola não tem que dar lucro. Mas, elas se custeavam pela sua matrícula, pelo que agregavam, especialmente a EMEJA Paulo Freire, que tinha uma matrícula integral e que, certamente, se tivesse continuidade, teriam sido contemplados também os estudantes da Ilha da Torotama e da Ilha dos Marinheiros, inclusive já havendo ajustes para atender também a localidade do Taim. Finaliza dizendo que não há justificativa plausível para o fechamento das escolas em questão, mas entende que trata-se de decisões da administração. Agradece ao convite feito pelo Pleno e colocou-se à disposição para eventuais esclarecimentos..... A presidente agradece a presença do senhor André. Após, a presidente Sabrina informa que irá se licenciar do CME devido à questão de saúde e que a conselheira Waléria reassumirá a presidência. Dando seguimento à pauta, a assessora Jaqueline manifesta sua preocupação em relação aos vencimentos das autorizações das escolas de Educação Infantil, pois o Parecer que estende o prazo dessas autorizações já se encontra vencido e as direções dessas escolas entram em contato seguidamente pedindo orientações porque a vigilância sanitária retomou as fiscalizações e, com o retorno às aulas presenciais, elas não sabem como proceder para renovação de pareceres de autorização. A assessora diz que recebe os documentos enviados por essas escolas, mas explica que isso não garante a renovação pois os conselheiros necessitam observação in loco

e para autorizarem e que nesse momento difícil, não vê possibilidade. Lembra, também, que há pedidos de novas autorizações .A conselheira Rosi diz não ser a vigilância sanitária pedindo parecer do CME e sim, a Fazenda não dá o Alvará Municipal porque exige autorização do Conselho e que muitas escolas mudaram de endereço e necessitam desse alvará municipal. A assessora Jaqueline explica que mais complicado ainda, pois se a escola muda de endereço, deve entrar com um novo processo de autorização no CME.A conselheira Rosi diz ser justamente esse ser esse o problema e que a Associação já havia entrado com pedido de mudança de Resolução do CME e a assessora Jaqueline diz estar com a conselheira Rita esse estudo, assim como as outras Resoluções do CME que estão em processo de reestruturação. Os conselheiros decidem por estender, até setembro de 2021, o processo de autorização dessas escolas e que novos pedidos de autorização serão analisados posteriormente. Esgotada a pauta da reunião e nada mais havendo a tratar, eu, Jaqueline Micelle, lavro a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada por mim e pela presidente.

Jaqueline Micelle
Assessora Técnica do CME

Sabrina Barreto
Presidente em exercício do CME